



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA TURMA

Processo nº	13924.000299/2001-11
Recurso nº	203-131.666 Especial do Procurador e do Contribuinte
Matéria	Ressarcimento de IPI
Acórdão nº	CSRF/02-02.830
Sessão de	16 de outubro de 2007
Recorrentes	FAZENDA NACIONAL INDÚSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/07/2001 a 30/09/2001

Ementa: RESSARCIMENTO DE IPI. ATUALIZAÇÃO. TAXA SELIC.

Incabível a atualização do ressarcimento pela taxa Selic, por se tratar de hipótese distinta da repetição de indébito.

Recurso especial da Fazenda Nacional provido.
Recurso especial do contribuinte negado.

)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA TURMA do CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso especial Fazenda Nacional, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Gileno Gurjão Barreto, Maria Teresa Martínez Lopez, Dalton César Cordeiro de Miranda, Leonardo Siade Manzan e Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira. Por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso especial do contribuinte.


ANTONIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA
Presidente


ANTONIO CARLOS ATULIM
Relator

FORMALIZADO EM: 11 FEV 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSEFA MARIA COELHO MARQUES, ANTONIO BEZERRA NETO, HENRIQUE PINHEIRO TORRES, JÚLIO CÉSAR VIEIRA GOMES, MISAEL LIMA BARRETO, ELIAS SAMPAIO FREIRE e ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO.



Relatório

Trata-se de recursos especiais interpostos em face do Acórdão nº 203-10.783 (fls. 416/421), no qual, por unanimidade de votos afastou-se a preclusão e, no mérito, por maioria de votos, deu-se provimento parcial ao recurso para admitir a aplicação da taxa Selic a partir da data de protocolo do pedido de ressarcimento.

O recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional foi interposto com fulcro no art. 5º, I, do antigo Regimento Interno da CSRF. Alegou a recorrente que houve violação da lei, mais especificamente o art. 39, § 4º da Lei nº 9.250/95, pois ressarcimento não se confunde com restituição. Tratando-se de institutos distintos e referindo-se o art. 39, § 4º da Lei nº 9.250/95 apenas a indébito, não existe previsão legal para atualização do ressarcimento de IPI. Requereu a reforma do acórdão recorrido para que seja indeferido o pedido de incidência da taxa Selic no ressarcimento de IPI.

O recurso foi admitido por meio do despacho nº 203-067 (fls. 432).

Intimado do Acórdão nº 203-10.783, do recurso especial da Procuradoria da Fazenda Nacional e do despacho que lhe deu seguimento, o contribuinte apresentou em tempo hábil contra-razões de fls. 437/446 e recurso de divergência de fls. 448/454, com base no art. 5º, II, do antigo Regimento Interno da CSRF.

Em suas contra-razões invocou o contribuinte a aplicação analógica do art. 66, § 3º da Lei nº 8.383/91 e do art. 39, § 4º da Lei nº 9.250/95, para sustentar a existência do direito à correção do ressarcimento de IPI pela taxa Selic.

No recurso especial o contribuinte alegou que tem direito à correção pela taxa Selic a partir da data do fato gerador do crédito e não apenas a partir da data de protocolo do pedido de ressarcimento. Alegou que a legislação sobre ressarcimento faz com que exista um retardamento na devolução dos valores, pois é necessário aguardar o fechamento do trimestre para efetuar a apuração do crédito. Desse modo, os tributos embutidos nas compras efetuadas no mês de janeiro só poderão ser objeto de pedido de ressarcimento no final de março. Disse que o fisco dispensa tratamento injusto ao contribuinte porque este deve esperar até três meses pelo ressarcimento do crédito, ao passo que por exigência do fisco deve incluir mensalmente o aquele valor na base de cálculo das Contribuições ao PIS e Cofins, uma vez que tais créditos são considerados receitas à luz do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98, nos termos das Soluções de Consulta citadas no recurso. Acrescentou que a Norma de Execução Conjunta Cosit/Cosar nº 8/97 também possui taxa Selic como índice de atualização a partir de 1996, sendo indiferente aplicar a taxa Selic ou a Norma de Execução, posto que os índices se equivalem a partir de janeiro de 1996. Requereu a reforma da decisão recorrida a fim de que seja revista a data a partir da qual deve incidir a taxa Selic sobre o valor do ressarcimento.

O recurso especial do contribuinte foi admitido pelo despacho 203-180.

Cientificada à fl. 469, a Procuradoria da Fazenda Nacional não apresentou contra-razões.

É o Relatório.



Voto

Conselheiro ANTONIO CARLOS ATULIM, Relator

Os recursos preenchem os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, deles tomo conhecimento.

O recurso da PFN sustenta a ilegalidade da atualização do ressarcimento de IPI, enquanto que o recurso do contribuinte, não só clama pela aplicação analógica das regras sobre repetição de indébito, mas também para que a atualização seja aplicada a partir do mês do fato gerador do crédito e não a partir da data de protocolo do pedido de ressarcimento.

O art. 66 da Lei nº 8.383/91, assim dispõe:

Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos e contribuições federais, inclusive previdenciárias, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subsequentes.

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos e contribuições da mesma espécie.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.

§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do imposto ou contribuição corrigido monetariamente com base na variação da Ufir.

§ 4º O Departamento da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Este dispositivo teve sua redação alterada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29/06/95, verbis:

Art. 58. O inciso III do art. 10 e o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66. Nos casos de pagamento indevido ou a maior de tributos, contribuições federais, inclusive previdenciárias, e receitas patrimoniais, mesmo quando resultante de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o contribuinte poderá efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a período subsequente.

§ 1º A compensação só poderá ser efetuada entre tributos, contribuições e receitas da mesma espécie.

§ 2º É facultado ao contribuinte optar pelo pedido de restituição.



§ 3º A compensação ou restituição será efetuada pelo valor do tributo ou contribuição ou receita corrigido monetariamente com base na variação da UFIR.

§ 4º As Secretarias da Receita Federal e do Patrimônio da União e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS expedirão as instruções necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo."

Já o art. 39 da Lei nº 9.250/95, estabelece que:

Art. 39. A compensação de que trata o art. 66 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, somente poderá ser efetuada com o recolhimento de importância correspondente a imposto, taxa, contribuição federal ou receitas patrimoniais de mesma espécie e destinação constitucional, apurado em períodos subseqüentes.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

Conforme se pode verificar, todos os dispositivos legais acima referem-se à compensação ou restituição, que são espécies do gênero repetição de indébito. Portanto, é lógico inferir que a restituição e a compensação, pressupõem a existência de um pagamento anterior efetuado pelo sujeito passivo, pagamento este indevido ou efetuado em montante maior do que o que seria devido.

Ora, no caso dos autos o crédito que seria ressarcido ao contribuinte (se este tivesse direito) não se originou de nenhum indébito tributário, uma vez que seria resultante da aplicação do art. 5º do DL nº 491/69 cuja vigência foi revigorada pelo art. 1º, II, da Lei nº 8.402/92 (crédito incentivado de IPI pela fabricação de produtos exportados), cujo ressarcimento do principal já foi reconhecido ao contribuinte por meio do despacho da DRF em Cascavel de fls. 361/364.

Tratando-se de incentivo fiscal, consubstancia-se em mera liberalidade do sujeito ativo do tributo, que ao renunciar à receita sobre a qual teria direito, decidiu fazê-lo sem a aplicação de correção monetária ou de juros, dado o silêncio das normas específicas de cada incentivo e da referência efetuada tão-somente em relação à repetição de indébito, nas normas acima transcritas. Inaplicável, portanto, o Parecer AGU nº 01/96, visto que só se referiu à repetição de indébito.

Na verdade, o argumento em sentido contrário invoca a aplicação analógica da lei, o que significa admitir a existência de uma lacuna que deveria ser colmatada por aquela técnica de integração.



O art. 108 do CTN estabelece que as formas de integração das lacunas na legislação tributária são a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade, os quais devem ser aplicados sucessivamente e na ordem indicada na *lex legum*.

Leciona Maria Helena Diniz que:

A analogia é, portanto, um método quase-lógico que descobre a norma implícita existente na ordem jurídica. É tão-somente um processo revelador de normas implícitas.

Requer a aplicação analógica que:

- 1) o caso sub judice não esteja previsto em norma jurídica;*
- 2) o caso não contemplado tenha com o previsto, pelo menos, uma relação de semelhança;*
- 3) o elemento de identidade entre eles não seja qualquer um, mas sim essencial, ou seja, deve haver verdadeira semelhança e a mesma razão entre ambos. (in: Curso de Direito Civil Brasileiro. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 10ª ed., 1994, pp.54/55)*

Ora, no caso dos autos o terceiro requisito para aplicação analógica da lei não restou caracterizado porque os fundamentos, os motivos, ou seja, as razões que fundamentam os institutos do ressarcimento e da repetição do indébito são totalmente distintas.

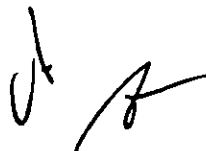
No caso da repetição de indébito, a devolução das importâncias se assenta na preexistência de um pagamento indevido, cuja devolução é reclamada com base no princípio geral de direito que veda o locupletamento sem causa.

Já no caso de ressarcimento de créditos incentivados, o pagamento efetuado pelo sujeito passivo era devido, mas a devolução das quantias se assenta única e exclusivamente na renúncia unilateral de valores que foram licitamente recebidos pelo sujeito ativo do tributo.

Como se vê, nos dois casos ocorrem devoluções de quantias ao contribuinte, mas estas devoluções ocorrem por razões distintas. A finalidade do ressarcimento é produzir uma situação de vantagem para determinados contribuintes que atendam a certos requisitos fixados em lei, para incrementar as respectivas atividades; enquanto que a finalidade da repetição do indébito é prestigiar o princípio que veda o enriquecimento sem causa.

Nesse passo, não há como conceder o ressarcimento de créditos originados de incentivo fiscal com fundamento nos princípios da isonomia, da finalidade e da repulsa ao enriquecimento sem causa, porque os dois institutos não apresentam a mesma *ratio*.

Do mesmo modo, não há como fundamentar tal concessão com base na demora da apreciação dos processos pela Receita Federal. É certo que a teor do art. 49 da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, a Administração tem até 60 dias para decidir o processo, a partir do encerramento da instrução (e não da data de seu protocolo). Entretanto, se a Administração não se desincumbir de seu dever legal, o remédio adequado para sanar a omissão não é a aplicação de correção monetária ou de juros demora, mas sim a ação judicial que o contribuinte entender cabível para constranger a Administração a se manifestar.



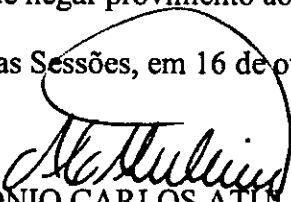
Acrescente-se a tudo isso que o art. 3º, II, da Lei nº 8.748/93, estabeleceu expressamente distinção entre repetição de indébito e ressarcimento de créditos de IPI, o que torna ilegal a aplicação de qualquer acréscimo ao ressarcimento.

Especificamente em relação ao argumento do contribuinte, no sentido de que a atualização retroaja ao mês do fato gerador do crédito, verifica-se que o pedido de ressarcimento objeto deste processo refere-se ao terceiro trimestre do ano de 2001, quando já se encontrava em vigor o art. 11 da Lei nº 9.779/99, que ao instituir um novo regime jurídico para os créditos de IPI, estabeleceu que o direito ao ressarcimento existe em relação ao saldo credor porventura existente ao final de cada trimestre-calendário. O ressarcimento é do saldo credor da conta-corrente e não diretamente dos créditos do imposto.

Portanto, o argumento lastreado nas soluções de consulta, no sentido de que o contribuinte estaria sofrendo tratamento injusto por parte do fisco, não tem a menor sustentação lógica ou jurídica. A uma porque as soluções de consulta citadas no recurso se referiram ao aproveitamento mensal do crédito presumido de IPI da Lei nº 9.363/96, cuja sistemática de apuração nada tem a ver com os créditos objeto deste processo. A duas porque as normas que regem o direito aos créditos de IPI e ao ressarcimento do respectivo saldo credor não guardam correspondência com as normas jurídicas que estabelecem a periodicidade de apuração das bases de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins. Sob este aspecto, o contribuinte deve dirigir sua reclamação a outro Poder da República, e não a este Colegiado que apenas tem o dever de zelar pela aplicação do direito posto.

Em face do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso ao recurso da Fazenda Nacional e de negar provimento ao recurso do contribuinte.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2007.


ANTONIO CARLOS ATULIM

